

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.946 - PE (2020/0264011-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : SIMONE SIQUEIRA MELO CAVALCANTI - PE019122
ISABELA LINS DE CARVALHO - PE022213
MARCELE TAYNAR NEVES DE SOUSA - PE030982
AGRAVADO : PAULA PRYCYLA DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADOS : SÉRGIO CORRÊA DE ARAÚJO - PE015837
NIZE PEREIRA DA SILVA - PE050102

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DE PERNAMBUCO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA
INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA OAB ART 28 V DA LEI
89069 4 AGENTE OPERACIONAL PODER DE POLÍCIA
INEXISTÊNCIA CARGO ADMINISTRATIVO SEM
PODER DECISÓRIO APELAÇÃO E REMESSA
IMPROVIDA S

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. V, 8º e 11, IV, e 28 da Lei n. 8.906/94, no que concerne à indevida inscrição de servidor, que exerce atividade incompatível com o exercício da advocacia, na OAB, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nessa seara, cumpre transcrever o artigo 27 da Lei Municipal nº 17.448/2008 o qual informa as atribuições do cargo de Agente Operacional, descritas no Anexo III do referido ditame normativo, nos seguintes termos:

[...]

Dessa maneira, percebe-se que as atividades desempenhadas pela Recorrida, tais como controle e ordenamento do uso e ocupação do solo, de meio ambiente e de defesa civil, desocupação, apreensão, isolamento e evacuação de áreas de risco, configuram-se como expressão do poder de polícia, na medida em que há o poder-dever de agir limitando ou restringindo o direito e patrimônio alheios

Referido entendimento enquadra-se no que se entende por incompatibilidade, prevista no artigo 28, inciso V, do Estatuto da Advocacia, razão do indeferimento da inscrição nos quadros da OAB/PE.

[...]

Depreende-se do todo exposto que esta Recorrente atuou de acordo com os ditames legais ao indeferir a inscrição da Recorrida, pois há a incidência da expressa incompatibilidade prevista no artigo 28, inciso V, da Lei n 8.906/94. em razão do exercício de um cargo público revestido do poder de polícia, ainda que indireto (fls. 272/273)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma local (municipal ou estadual), o que atrai, por analogia, o óbice do enunciado de Súmula n. 280/STF.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que, "consoante se depreende do acórdão vergastado, os fundamentos legais que lastrearam a presente questão repousam eminentemente na legislação estadual. Isso posto, eventual violação a lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia requer apreciação da legislação estadual citada, o que não se admite em Recurso Especial. Portanto, o aprofundamento de tal questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ". (REsp 1.697.046/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/11/2018.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.848.437/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no AREsp 1.196.366/PA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/9/2018; AgRg nos EDcl no AREsp 388.590/RS, relatora Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/2/2016; AgRg no AREsp 521.353/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 19/8/2014; AgRg no REsp 1.061.361/RS, relator Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 25/4/2014; AgRg no REsp 1.017.880/ES, relatora Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 3/8/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente